

Biagio D'Angelo: Milongas y otros ritmos (Prólogo de Martha Canfield). Dirección Académica de Proyección Social y Extensión Universitaria de la PUCP, Lima, 2004, 135 pp.

Como señala Martha Canfield en su texto introductorio "Poesía para soñar y meditar", el ejercicio lírico que supone *Milongas y otros ritmos* nos presenta a un poeta maduro, ya con un lenguaje propio, conciente de su creación y, sobre todo, conocedor de la tradición literaria de occidente. No por nada Biagio D'Angelo es un reconocido comparatista, nacido en Italia, postgraduado en Rusia, profesor en Bélgica y actualmente residente en Perú, aunque con incursiones periódicas en Argentina, Brasil y Colombia. Él pertenece a ese antiguo linaje de los *viajeros*, peregrinos que han convertido tierras extrañas en propias, reformulando así conceptos como *nación* o *frontera*. Por ello, este libro es, entre otras cosas, un manifiesto poético, la puesta en práctica de un viejo postulado de la comparatística revitalizado por Biagio: la tentativa del sueño de Goethe de la *weltliteratur*. Si viene al caso, el proyecto que encierra *Milongas y otros ritmos* aparece frente al lector como el intento de hacer una poesía *comparada*, es decir, supranacional. De allí que la edición sea bilingüe y que tanto los temas como las formas obedezcan a referentes culturales disímiles, lejanos unos de otros, aunque mágicamente complementarios.

Milongas y otros ritmos no es tan solo un compilatorio de poemas escritos en distintos tiempos y lugares, como podría indicar el título en su superficie; se trata, por el contrario, de un volumen de calculado orden y sumamente orgánico. El "Nuevo canto

de amor de Prufrock", con inevitable guiño a T. S. Eliot, nos introduce en el universo poético del hombre moderno, víctima del *spleen* generado por el "domingo efímero del tiempo", quien invita a sumergirnos en un viaje donde "Atenas es Colombia, los Andes, Argentina:/los espacios del caos que dividen amores y cartas desgarran". El viaje desde los orígenes de la literatura occidental (Atenas) hasta el Nuevo Mundo cubre una serie de géneros musicales: el nocturno, a través de un conjunto de poemas de nombre homónimo ("Nocturnos", valga la redundancia) en honor a Álvaro Mutis; la milonga, que nos remite a la mítica Buenos Aires; el madrigal, con contenido bíblico; y una serie de "Suites francesas", entre otros más. A esta variedad no solo alude la segunda parte del título del poemario (*y otros ritmos*), sino también a un trabajo con el lenguaje. Así, por ejemplo, en las milongas, se emplean figuras y fraseos caros a estas composiciones, así como a las del tango ("Vieja milonga de mis horas de tristeza", "sin más mentiras, amor ausente, suspiraba el tango", "brinda a tu casa ruinoso/la consistencia de ébano que tenés por siempre"). Lo mismo se puede decir de los madrigales, de tono coloquial, bastante más narrativo; igualmente, en la sección "De Ariosto y otros poemas caballerescos" la voz poética se vuelve arcaica y los motivos son épico-cortesanos. De forma que podemos establecer una cadena de relaciones: diferente ritmo implica diferente lenguaje y diferente lenguaje implica, por qué no decirlo, diferente cronotopo.

Para ir más allá: diferente cronotopo, ¿diferente significado? No necesariamente, no olvidemos que la uni-

dad del libro se la da, paradójicamente, su carácter de *viaje*, de desplazamiento del sujeto poético. El yo es un peregrino que fatiga tiempos, lugares, lenguajes, ritmos distintos a la caza del sentido final de su recorrido. ¿Acaso el conocimiento? El poema que cierra *Milongas...* parece indicar una decepción al respecto: “¡Cuánto tiempo ha pasado, lunas y estaciones para rever/lo antiguo! ¿Hace mucho que Colón se voló?/Por mi parte nunca he descubierto nada”. ¿Acaso el amor? Si leemos “Amundsen” creemos que sí: “Solo amor nos reclama./Tú diriges potente la brújula. Así sea”; aunque también es cierto que “Somos exploradores” (“Epistolario”) y que “nos concedemos al error” (“Casas y casos”). El amor atrae más como posibilidad, como sueño inasible, que como realidad; solo así se comprende el sutil erotismo que impregna algunos de los mejores versos del libro. No obstante, el viaje no puede detenerse a riesgo de engendrar más dolor: “No vivo de ayer, ni de mayos olorosos o a la orilla de inviernos distantes” (“Nocturnos”). El derrotero es rico en sensaciones y conceptos para el lector, quien no cuenta con un índice que disponga rigurosamente su lectura, por lo que cada poema de *Milongas y otros ritmos* opera como una postal de un viaje emprendido por el autor a las regiones más profundas de la experiencia humana moderna.

Fernando Rodríguez Mansilla

Maria Luiza Guarnieri Atik: Vicente do Rego Monteiro—um brasileiro da França. Editora Mackenzie, São Paulo, 2004, 222 pp.

Vicente do Rego Monteiro — pintor e poeta pernambucano radicado na França nas primeiras décadas do século XX — é o ponto de mira deste estudo levado a bom termo por Maria Luiza Guarnieri Atik — Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Apresentada originariamente como Tese de Doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, a pesquisa estende-se agora num âmbito mais vasto, oferecendo a um número mais expressivo de leitores um precioso manancial de informação e de análise.

O título da obra — *Vicente do Rego Monteiro — um brasileiro da França* — inscreve-se numa perspectiva em que o autor em pauta se modela a exemplos dos dois países — Brasil e França —, a pátria que o viu nascer em plagas pernambucanas e o espaço cultural onde teve início o processo de sua formação artística.

Porque amplos, os horizontes visados pela obra abarcam um sem número de investigações, desafiam especulações persistentes, construindo-se, por isso, à maneira de um feixe de relações múltiplas.

Apreendidas com profundidade pela autora do livro, essas relações situam a obra de Rego Monteiro, nas feições plástica e poética, numa faixa de valores de relevante importância no cenário internacional da arte.

Levando todo um conjunto de ponderações às raias de uma reflexão crítica — esta entendida como um

exercício que se abre para possíveis desdobramentos —, Maria Luiza entremeia seu texto de telas as mais expressivas da arte plástica do pintor. Desse complexo resulta um livro belíssimo, confeccionado com um requinte artesanal de fino gosto e de sóbria elegância — mérito também dos valiosos préstimos da Editora Mackenzie.

Poemas, traduções e textos críticos de autoria de Rego Monteiro, dispersos entre Recife e Paris, fixam-se como objeto de análise ou como instrumental de “reconstituição do itinerário de um poeta cuja obra nasce de relações complexas entre o mundo vivido e a linguagem plástica”, no dizer de Maria Luiza.

O artista que reuniu os conhecimentos que lhe foram possíveis, enquanto assimilava as tendências do início do século XX em Paris, não poderia deixar de se derramar no domínio da pintura e da literatura. Associa magistralmente as duas manifestações artísticas.

Desse campo de mergulho e de sondagem lega ao mundo da arte uma nova iluminação singular como poucas. Para isso acena o olhar crítico da autora — olhos ardendo no ardor de varar as profundezas —, espiando para além dos limites de um horizonte imediato.

É esta, por certo, a postura que demonstra o empenho do pesquisador minucioso. A ele interessa desvendar e apresentar, através da matéria-prima que andou garimpando, novas feições da obra, com o propósito de enriquecê-la no processo interpretativo.

Assim, as doze obras poéticas em Língua Francesa passam pelo crivo do rigor científico aliado à sensibilidade

da autora diante do texto literário. E resulta patente a ligação muito exata entre os poemas e a produção plástica do escritor.

Das análises decorre ainda para o leitor um convite à percepção de uma boa dose de transferência, quer dizer, de evocações colhidas aqui e lá — no Brasil e na França — o endereço do escritor mudando ao sabor de suas disposições, das circunstâncias históricas e até mesmo das conveniências do seu bolso.

Em 1941, quando publica seus *Poemas de bolso*, o pintor desponta como poeta no cenário nacional. A influência francesa não lhe impediu o engajamento a valores ligados ao solo pátrio. Assim, uma espécie de retomada de consciência da realidade nacional inclina-o ao interesse por uma das três culturas que construíram o Brasil — o feito da nação: o negro africano, o indígena autóctone, o branco europeu.

Exemplo desse interesse é uma coletânea intitulada “Quelques visages de Paris”, composta de dez poemas e completada por “croquis” de iguais dimensões, na qual o poeta, em fértil criatividade, descreve as supostas sensações e impressões de um chefe indígena diante das belezas contempláveis da capital francesa.

Detendo-se nesse particular, destaca-se a minúcia descritiva com que Maria

Luiza explora o caminho das estratégias e das táticas de composição de Rego Monteiro — exercício, aliás, apresentado sábia e reiterativamente pela autora em torno de outras composições do pintor-poeta.

Sabe-se que a elaboração da mensagem não pode prescindir da utilização de elementos que determinam

ou potencializam a leitura da obra em destaque. Existe, assim, um contexto presidindo a constelação dos sentidos a serem captados pelo leitor. Esse contexto — configurado nas propostas das vanguardas européias e dos cubistas franceses — é matéria também minuciosamente explorada pela autora.

Estamos, pois, diante de uma obra que se recomenda por uma variedade de relevantes razões, entre as quais o mérito do desvelamento de uma composição poética rara, praticamente inédita.

De interesse especial para os devotados às Artes e às Letras, o livro de Maria Luiza Guarnieri Atik é digno de figurar entre o que de melhor vem sendo produzido no espaço universitário.

Elisa Guimarães

Luciano Morbiato (ed.): Scartafaccio d'agricoltura. Manoscritto di un contadino di Spiné di Oderzo (1805-1810) (Cultura popolare veneta. Collana di studi e ricerche sulla cultura popolare veneta realizzata su iniziativa della Regione Veneto. Nuova serie 15). Fondazione Cini — Regione del Veneto — Neri Pozza Editore, Vicenza, 1998, 199 pp.

Abbiamo davanti un'edizione critica di un insieme di riflessioni sulle tecniche agricole. L'opera di un anonimo contadino opitergino dell'inizio dell'Ottocento é ben inseribile nella ricca trattatistica georgica. Il motivo di interesse dalla parte del curatore Luciano Morbiato é costituito dal caso che un lettore ha prodotto il proprio testo. Infatti, un contadino ha fatto un manoscritto su richiesta di un padre se-

condo il quale (lui) “fosse abile e capace da formar un picciolo scritto a utile alla agricoltura” — come leggiamo l'introduzione dell'anonimo. Il testo — che é conservato nella Biblioteca dell'Orto Botanico dell'Università di Padova — scoperto dall'erudito veneziano Emilio Teza nel 1894 é diviso in 201 capitoli e ogni pagina della trattazione rispecchia una devozione che ripercorre principalmente nei primi 31 capitoli collegando l'agricoltura con l'opera della creazione divina. Il racconto sacro della Bibbia sembra un modello letterario per l'anonimo sconosciuto, che é stato poi battezzato “Maso” dal Teza. Soprattutto il Vecchio Testamento é presente dappertutto nella trattazione. Il testo di Maso ci informa sulle esperienze di tutta una vita, sulla tecnica di coltivazione della vite, del granoturco, sulla vinificazione e sulla pratica di lavori campestri in genere.

Il manoscritto é tenuto degno di una edizione filologica dal comitato scientifico della collana probabilmente soprattutto per la sua preziosità dal punto di vista linguistico. “Si tratta di un bell'esempio di italiano popolare, quanto si vuole rozzo e sgrammaticato, ma aderente agli argomenti svolti e di grande efficacia. [...] Simili varianti linguistiche dei semicolti sono da un trentennio oggetto di un'assidue analisi [...]” — troviamo nella premessa di Manlio Cortelazzo. Luciano Morbiato, ricercatore in scienze letterarie e tecniche dell'interpretazione, nel suo saggio di 50 pagine rileva minuziosamente le caratteristiche del testo duecentenne, continuando e nello stesso tempo analizzando il lavoro iniziato dal Teza, ne raccoglie gli antecedenti possibili e ne scopre le influenze formali e inerenti nel contenuto. Per tro-

vare le radici del genere il curatore ci riconduce nel Veneto del XVI secolo agli autori Tarello e Gallo, e all'emiliano Filippo Re docente di agricoltura, il cui "Dizionario ragionato di agricoltura ..." é uscito nel 1808. Tra le opere di divulgazione agricola il manoscritto "si colloca [...] in un contesto differenziato di contributi sistematici o polemici, composti nello stile accademico [...] o in quello favolistico, sul modello della dissertazione o del catechismo" — scrive il curatore. Inoltre, nel saggio introduttivo cerca di individuare gli abitanti, i nomi e i luoghi di Oderzo, menzionati nel testo e si sofferma ad analizzare il repertorio stilistico di Maso. Ci si appunta l'interesse particolare sul linguaggio di Maso: il contadino opitergino scrivendo si esprime in discorso orale e "si originano in questo passaggio le innumerevoli oscillazioni che rendono disomogeneo il testo [...]. Si incontrano fenomeni tipici dei testi di semicolti di aria settentrionale [...]." A capire la cultura e la personalità di Maso commenta l'interpretazione positivista del Teza e ci aggiunge la propria degli ultimi anni del secolo ventesimo.

Tanto gli studiosi della vecchia grafia e della dialettologia quanto gli antropologi possono godere della ricchezza delle forme linguistiche e di espressione culturale aprendo il libro accuratamente redatto del Morbiato e utilizzandolo da fonte di ulteriori analisi. Le 33 tavole di illustrazioni originarie d'autore, un glossario con spiegazioni dei tratti dialettali, appendici e bibliografia rendono completo il saggio del curatore e il testo di Maso.

Zsuzsanna Paál

Paul Richard Blum: *Philosophieren in der Renaissance*. W. Kohlhammer, Stuttgart, 2004, 262 pp.

Although the book is a collection of papers written for different occasions, there is a central issue connecting the various essays. They are centred on the problem of knowledge. All sorts of knowledge imply a certain difference between the knower and the known, which can never be done away entirely. One way of securing of knowledge was to establish criteria so evident as to underlie reliable knowledge. Such efforts required proper method and were exposed to sceptical challenge. Another way was to eliminate the difference itself, a procedure calling for a universal principle in which the distance between object and subject of knowledge disappears.

The first paper (pp. 11–21) lays down the general theses, the most important of them being the subjectivity and autonomy of human thinking, to be depicted in Cusanus. The second (pp. 21–44) discusses the concept of humanism as a cultural model of the Renaissance and its revival in modern age. The third (pp. 44–56) offers a case study on the relationship of humanism to philosophy in Lorenzo Valla. Unlike the Neoplatonists and the natural philosophers in the late Renaissance, he did not look for a true universal principle. Instead, he preferred the analysis of linguistic items and usage (p. 51). A separate study is given over to Francesco Patrizi's notion of history (pp. 56–71). The subject matter is most interesting for two reasons. By the end of the 16th century the study of history became an integral part of phi-

losophy and Patrizi played a crucial role in this development. Furthermore, most of the studies concerning his work focus on the philosophy of nature. Blum's piece is one of the few laudable exceptions. The fifth essay is on Ficino's concept of freedom and its relation to God. The author shows that the contrasting possibilities of human freedom and strict determinism issue from a contrast between human intention, conceived of as a kind of spontaneity, and regularity. Rooted in spontaneity, human motion is constitutive. On Ficino's view, freedom is a principle of necessity, which, properly speaking, can only be a characteristic of God. In man, only heroes and saints can unite their freedom and capacity to act. The next paper deals with the principles of nature and science (pp. 89–111). Here we have a survey on the preliminaries of Zabarella's notion of *regressus*. One might add to the picture expertly drawn by Blum that the problem originated in the interpretation of Aristotle's *Physics* I 1, which was clear to Zabarella (see his *Commentarii in magni Aristotelis libros Physicorum*. Frankfurt: Schönwetter, 1602, pp. 6–45, esp. pp. 43–45). The seventh essay (pp. 111–135) contains approaches to the concept of the One in Ficino, Giordano Bruno, Campanella, Plotinus and Leibniz, and aims to show that on elaborating the concept of monads Leibniz could draw on earlier philosophers. We can also learn that Ficino's attempt to save the transcendent nature of the Plotinian One, to be identified with the Christian God, led to serious difficulties: to interpret God as a kind of monad amounts to over-emphasize His immanence. The next paper (pp. 135–153), enti-

tled "Religion as self-knowledge and transcendence", examines the relevant views in Cusanus, Ficino and Giovanni Pico della Mirandola. The problem discussed is much the same as the one examined in the previous essays (p. 137): how to look at the tension between man and the transcendence. The function of religion is dealt with at length in the ninth essay (pp. 153–203). How to explain the plurality of religions? How to integrate pagan or gentile practices and theories into Christianity? Janus Pannonius ask this question from Ficino (p. 169) and the answer is that some of these theories are based on pure reason (and there is a *pia philosophia* coming from Zoroaster to the Greeks via Egypt), so there is no reason to reject them. Such an attitude lurks behind Ficino's effort to reconcile pagan Platonism, broadly conceived to include Hermetic views, and Christian views. At the end of the period, Suárez thinks that rituals are matter of duty, not of religion properly, and thus he makes room for a new conception. Being a free activity, religion belongs to politics in the traditional sense, covering all the civic activities of man. The last essay (pp. 203–221) examines Campanella's utopia. On Blum's view, the main theme of the *La città del Sole* is the link between theology and politics. The function of religion concerning its contents is neutral, which is the basis of the peaceful relationship between religions.

One might raise the question whether the two options listed above are exhaustive. Do we have either to find a criterion or posit a unifying principle? Is there no other possibility to solve the problem of the distance between knower and known? There

may have been a third option connected to the Aristotelian tradition. In the *De anima* III 4, 429b9-11, Aristotle describes the activity of the intellect as a self-intellection (in Moerbeke's Latin: "intellectus ipse autem seipsum tunc potest intelligere"). In the wake of the medieval commentators, Renaissance authors also emphasized the importance of self-reflection as an activity where subject and object are numerically one, though different conceptually or in aspect. Although this is not the place to argue for this point at length, let it refer briefly to Zabarella. In commenting on the passage in Aristotle he notes not only that reflexivity is part and parcel of the activity of the intellect, but also that this is the principle of knowing others (*Commentarii in III Aristotelis libros De anima*. Frankfurt: Lazarus Zetzner, 1606, cols. 725ff.). In this way, he seems to ground the knowledge of the external world, including other people, on self-reflection. Blum is right in claiming that (pp. 137-138) thinking about thinking is not yet a genuine self-reflection, but it might have been useful to trace down the proper theories on the reflective activities of the soul.

The book is furnished with an extensive bibliography and an adequate index of names. The book is handsome and contains just a few small typos (e.g., pp. 151-152, 221). It is very helpful to have these fine essays collected in one volume. They offer a rewarding reading for all students seriously interested in the philosophy of the Renaissance.

Péter Lautner

Edit Bors: Az idő poétikája az önéletírásban. Rousseau, Gide, Sartre önéletírásának szövegnyelvészeti – pragmatikai elemzése [La poétique du temps dans l'autobiographie. L'analyse linguistique textuelle et pragmatique de l'autobiographie de Rousseau, Gide et Sartre]. Akadémiai Kiadó: Budapest, 2004, 160 pp.

La parution d'un ouvrage français relevant de l'analyse de discours attire l'attention des spécialistes; la publication du même ouvrage en langue hongroise passe presque pour un événement. En effet, les orientations récentes ou contemporaines de la linguistique et la pragmatique françaises n'ont pas de présence marquée auprès du public hongrois. (Le manque d'équivalents terminologiques hongrois précis de certains termes techniques pourtant très courants en linguistique française — comme *énonciation* — en est une preuve évidente.) L'ouvrage d'Edit Bors, spécialiste hongroise de linguistique française, a donc le mérite indiscutable de contribuer à ce que cette lacune soit comblée.

En partant du problème de la double temporalité de l'autobiographie, l'auteur se fixe comme objectif la description des moyens linguistiques de mise en discours de la narration autobiographique. En effet, il s'agit d'un type de discours où rétrospection et introspection se confondent, et le présent détermine inévitablement la perspective du locuteur (de l'écrivain) qui porte son regard sur les événements de sa vie passée. Il en résulte une sorte de concurrence entre subjectivité et objectivité. Présent et passé créent ainsi un jeu de

perspectives, ce qui fait de l'autobiographie un terrain idéal pour l'étude de l'usage et des valeurs des temps verbaux.

Les changements des plans (champs) temporels propres à ce genre de discours poussent l'auteur à se poser la question de savoir comment (à travers quelles catégories linguistiques) il est possible de saisir l'alternance du «présent» et du «passé». Avec les moyens de la linguistique, l'ouvrage examine le problème du temps en tant qu'ensemble de changements de la focalisation, tout en prenant en considération les résultats des disciplines soeurs. Pour ce faire, il s'appuie sur un corpus constitué d'autobiographies s'inscrivant dans la tradition augustinienne – rousseauiste (sont analysés *Les Confessions* de Rousseau, *Si le grain ne meurt* de Gide et *Les Mots* de Sartre).

L'approche d'Edit Bors est, fort heureusement, interdisciplinaire : littéraire, d'une part (il est question de poétique, d'histoire et de critique littéraires), psychologique, d'autre part, et linguistique avant tout : la linguistique textuelle lui sert de cadre intégrative, qui permet de tenir compte de la stylistique aussi bien que de la pragmatique. L'auteur souligne que ces disciplines ne communiquent pas suffisamment entre elles ; elle vise donc à y remédier en optant pour une approche linguistique intégrant les acquis des sciences littéraires et prenant aussi en considération les affirmations de la psychologie relatives à l'autobiographie.

Le livre d'Edit Bors se compose de trois parts principales : d'une présentation de la méthode choisie et des fondements théoriques (40 pages), de l'analyse du corpus (82 pages), et

d'une conclusion développée (d'une «somme» de 14 pages). Ces trois parts sont suivies d'une conclusion formelle et complétées d'une liste des abréviations utilisées ainsi que d'une bibliographie de 160 titres environ, les sources étant de langues anglaise, française et hongroise.

Dans la partie centrale de l'ouvrage, l'auteur expose une présentation systématique des phénomènes linguistiques et pragmatiques de l'expression du temps et de la narration autobiographique. Dans le cadre de l'examen des paramètres de l'organisation séquentielle et pragmatique, les 134 fragments du corpus cités sont utilisés comme autant d'illustrations de ces phénomènes. Bors étudie une à une les séquences narrative, descriptive, explicative, argumentative et dialogique prises dans leurs manifestations «pures», homogènes, et considérées également dans l'hétérogénéité séquentielle du discours : elle se penche aussi sur les cooccurrences des différents types de séquences ainsi que sur leurs types d'emboîtement/d'enchevêtrement. Étant donné l'approche textuelle, l'analyse s'étend tout naturellement sur les temps verbaux, les pronoms et les adverbes aussi bien que sur la modalité, les éléments métalinguistiques, les marqueurs d'univers et les phénomènes de polyphonie, en allant jusqu'à explorer les tons de la narration. Il convient de mettre en évidence la contribution précieuse que l'ouvrage apporte à l'étude des valeurs des temps verbaux du passé, domaine fort controversé en linguistique française.

Dans la partie conclusive du livre, le lecteur trouve une comparaison des autobiographies de Rousseau, Gide et Sartre selon les paramètres examinés,

ainsi qu'une comparaison de genres (ceux de l'autobiographie «vraie» et «fictive»), présentée d'après l'analyse comparée qu'a faite Ifri de deux oeuvres de Gide (*Si le grain ne meurt* et *L'Immoraliste*).

Une fois la lecture terminée, le lecteur est convaincu tant de l'érudition de l'auteur que de l'intérêt scientifique lié à l'étude du discours autobiographique. Cependant, même si l'on se réjouit d'avoir en main un livre hongrois issu de la tradition linguistique française, on se demande si ce ne sont que les magyarophones ayant de solides bases linguistiques en français qui pourront en tirer un véritable profit. En effet, le système des temps verbaux hongrois ne présente pas la même richesse ni les mêmes subtilités que le système français, or, il s'agit là d'un élément essentiel de l'analyse. Par ailleurs, la francophonie semble ici une condition de lecture *sine qua non* d'autant plus que ni les citations ni les exemples de corpus analysés ne sont traduits en hongrois (même saint Augustin est cité en français...). Pareillement, le manque d'équivalents terminologiques hongrois persiste: les termes comme *énonciation*, *histoire*, *discours* sont utilisés en français, sans être uniformément connus ni admis par la communauté des linguistes hongrois.

Fruit d'investigations pluridisciplinaires à visées synthétiques, l'ouvrage se réclame, entre autres, de la pragmatique. L'auteur restreint délibérément le sens du terme («par pragmatique, il faut comprendre la théorie française de l'énonciation et la théorie des actes de langage», p. 43—c'est moi qui traduis). La référence principale est constituée par les oeuvres de J.-M. Adam; malgré les références à

Ducrot, ce n'est que l'(ancien) Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage qui apparaît dans la bibliographie. On y retrouve du reste un article de Sperber et Wilson sur l'ironie, sans que la pragmatique de la pertinence soit pour autant abordée. On craint que cela ne cause un danger: en effet, du côté des tenants français de cette théorie pragmatique, il a été formulé des critiques très sévères à l'égard de l'analyse de discours, avec lesquelles il aurait été peut-être prudent de compter. Notons également que, dans les cadres de la même théorie, il se trouve aussi des propositions concernant les temps verbaux, qui méritent réflexion. En ce qui concerne la linguistique textuelle, cadre théorique des développements présentés, le lecteur trouvera qu'à la différence des références françaises, les références hongroises ne reflètent pas tout à fait la gamme entière des orientations plus (ou moins) récentes; c'est surtout la conception de Petőfi qui pourrait confirmer Edit Bors dans son intention—heureuse—d'une approche pluridisciplinaire, complémentaire et synthétique.

Lorsque nous louons les mérites de l'auteur, nous ne pouvons pas épargner une critique à l'éditeur: la présentation à première vue avenante du livre cache de fâcheuses traces d'une certaine négligence éditoriale et typographique (quelques virgules et divisions mal placées, fautes de frappe, inconséquences dans l'emploi des styles de caractères, figures qui paraissent incomplètes, etc.). Certes, nous en sommes récompensés par le contenu de l'ouvrage et par la clarté du style de l'auteur.

István Csűry